

ESCOLA SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO - STRONG ESAGS

CIÊNCIAS CONTÁBEIS

BRUNA APARECIDA DA SILVA - R.M 131101307 - 8º CICLO

DANILO COUTINHO DA SILVA - R.M 131101233 - 8º CICLO

JAQUELINE ANDRADE DA SILVA - R.M 131101310 - 8º CICLO

**CONTABILIDADE AMBIENTAL: O PAPEL DO CONTADOR PARA O
PLANEJAMENTO SUSTENTÁVEL**

Santo André

2016

BRUNA APARECIDA DA SILVA - R.M 131101307 - 8º CICLO
DANILO COUTINHO DA SILVA - R.M 131101233 - 8º CICLO
JAQUELINE ANDRADE DA SILVA - R.M 131101310 - 8º CICLO

**CONTABILIDADE AMBIENTAL: O PAPEL DO CONTADOR PARA O
PLANEJAMENTO SUSTENTÁVEL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência para obtenção de grau de Bacharel em Ciências Contábeis, à Escola Superior de Administração e Gestão - STRONG ESAGS.

Orientador: Prof. Me. Alexandre Dias da Costa

Santo André

2016

S579c

Silva, Bruna Aparecida da
Contabilidade ambiental: o papel do contador para o planejamento sustentável / Bruna Aparecida da Silva, Danilo Coutinho da Silva, Jaqueline Andrade da Silva. – Santo André, 2016.
51 f.: il. color. ; 30 cm.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Escola Superior de Administração e Gestão STRONG ESAGS, 2016.
Orientador: Prof. Me. Alexandre Dias da Costa

1. Meio ambiente. 2. Papel do contador. 3. Responsabilidade social. I. Título.

CDU 657

A Deus por nos dar o fôlego de vida, aos nossos pais pela educação, incentivo e amor que nos deram força para prosseguir, e a todos os professores que fizeram parte da nossa formação.

Agradecimentos

Agradecemos a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da nossa formação, o nosso muito muito obrigado.

O saber a gente aprende com os mestres e os livros. A sabedoria se aprende com a vida e como os Humildes.

Cora Coralina

Resumo

Este trabalho tem como objetivo demonstrar o papel do contador vinculado ao meio ambiente, atualmente a sociedade vem se preocupando cada vez mais com o sistema ambiental e como as companhias o cultiva. Desta forma a contabilidade ambiental demonstra como as empresas estão direcionando os seus gastos com base no meio ambiente.

A contabilidade é um importante mecanismo para conscientizar a sociedade, e preservar os interesses dos investidores que se preocupa com a gestão ambiental caso as instituições venham a danificar o meio ambiente. Através do Balanço Social que tem como objetivo demonstrar a economia social, a responsabilidade social da entidade e a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) que evidencia a geração de riqueza.

Para que as empresas consigam se desenvolver operando com um bom planejamento sustentável, se faz necessário o papel do contador pois a contabilidade ambiental é um estudo do patrimônio ambiental. O contador é de suma importância nesse processo, pois ele é responsável pela elaboração, análise e mensuração das demonstrações contábeis que direcionam os empresários nas tomadas de decisão.

Palavra chave: Meio ambiente, papel do contador, responsabilidade social.

Abstract

This paper aims to demonstrate the role of the accountant linked to the environment, currently society is increasingly concerned with the environmental system and how companies cultivate it. In this way environmental accounting shows how companies are targeting their spending based on the environment.

Accounting is an important mechanism to raise awareness of society, and to preserve the interests of investors who are concerned with environmental management should institutions damage the environment. Through the Social Balance that aims to demonstrate the social economy, the social responsibility of the entity and the Demonstration of Value Added (DVA) that evidences the generation of wealth.

In order for companies to develop themselves operating with good sustainable planning, the role of the accountant is necessary since environmental accounting is a study of environmental patrimony. The accountant is of paramount importance in this process, since he is responsible for the preparation, analysis and measurement of the financial statements that guide the entrepreneurs in decision making.

Key words: Environment, role of the accountant, social responsibility.

Lista de ilustrações

Figura 1 – Principais Stakeholders	14
Figura 2 – Histórico ABNT NBR ISO 14001	31
Figura 3 – Empresas ativas no Brasil por seção de Atividade Econômica	32

Lista de tabelas

Tabela 1 – Demonstração do Valor adicionado - Empresas em Geral	24
---	----

Sumário

1	Introdução	11
2	Contabilidade Ambiental	13
2.1	Conceito	13
2.2	Objetivo da Contabilidade Ambiental	15
2.3	Funções da Contabilidade Ambiental	16
2.3.1	Mensuração do Patrimônio	16
2.3.1.1	Ativo Ambiental	17
2.3.1.2	Passivo Ambiental	19
2.3.2	Evidenciação do Patrimônio	20
2.3.2.1	Balanco Social	21
2.3.2.2	Demonstração do Valor Adicionado	23
3	Sistema de Gestão Ambiental	27
3.1	Definição	27
4	ISO 14000	30
4.1	Definição	30
5	Planejamento Sustentável	33
6	O papel do contador	37
6.1	O Contador	37
6.2	Código de Ética Contábil	39
6.3	Responsabilidade Social	42
7	Conclusão	46
	Referências	48

1 Introdução

Conforme Laurindo (2014), Ferreira (2003, p. 103), “A contabilidade Ambiental não é uma nova contabilidade, mas um conjunto de informações que expõe, em termos econômicos, as ações de uma organização que causam modificações em seu patrimônio.”, Portanto, trata-se de uma especialização da contabilidade, sendo que a contabilidade ambiental tem como objetivo instruir o administrador a repensar suas ideias e conceitos e convencê-lo de que através de políticas sustentáveis é possível criar valor para a empresa.

A contabilidade é uma ciência social que estuda e controla o patrimônio da empresa para tomadas de decisão. Nas atuais condições do meio ambiente, entendemos que esse assunto é fator de real importância para o mundo, para profissões e profissionais, e também para as empresas. Há uma conscientização universal de que os recursos naturais não são infinitos, ao contrário do que se pensava, alguns danos e impactos podem ser irreversíveis para o meio ambiente, conforme (ASSIS; BRAZ; SANTOS, 2011)

Geralmente são as grandes companhias que investem e praticam o sistema de gestão ambiental, e quando o fazem, contam com a ajuda e auxílio do contador, para executar o planejamento que irá corroborar com resultados financeiros e com a boa prática. Quando se integra a sustentabilidade aos processos decisórios da instituição, o resultado se dará através do aumento da produtividade, uso racional da matéria prima e recursos naturais, redução de custos e conseqüentemente um aumento significativo da lucratividade.

Atualmente, o meio ambiente vem se tornando o tema de maior importância para nós, e a seriedade com que esse assunto é tratado, poderá determinar o futuro de corporações e governos. Sendo assim, a contabilidade ambiental tem o papel de orientar e coordenar os gastos das empresas com base no ambiente, fornecendo as informações necessárias para tomada de decisão da gestão ambiental, pois os danos causados a natureza provavelmente serão irreversíveis para a sociedade, conforme (ASSIS; BRAZ; SANTOS, 2011)

Para Kraemer (2001) O resultado financeiro gerado através da implementação de um SGA em suas organizações são superiores ao de empresas que não o fazem. Investir nesse projeto além de gerar retorno no âmbito social e financeiro, pode aumentar o nível de confiança do público consumidor, e elevar o seu poder de barganha com fornecedores e governos.

Normalmente as empresas e grandes companhias investem e praticam o sistema de gestão ambiental com a ajuda e auxílio do contador, para executar o planejamento que irá corroborar com resultados financeiros e com a boa prática. Quando se integra a sustentabilidade aos processos decisórios da instituição, o resultado se dará através do aumento da produtividade, uso racional da matéria prima e recursos naturais, redução de custos e conseqüentemente um aumento significativo da lucratividade.

Muitas organizações buscam adotar políticas sustentáveis, porém a maioria das empresas continuam operando com políticas arcaicas e antiquadas, e com o objetivo de promover um aumento no número de adesões alguns países buscam incentivar empresas que adotam o sistema de gestão ambiental através de políticas fiscais especiais. Além de incentivos fiscais, agindo sustentavelmente a empresa é capaz de beneficiar a vida de populações próximas a ela, um bom exemplo seriam as cooperativas de reciclagem que através de acordos poderiam receber uma quantidade maior de material, aumentando a demanda e contratando mais colaboradores, gerando emprego e renda.

Para que todos os benefícios econômicos aconteçam e permita que as empresas consigam se desenvolver operando com um bom planejamento sustentável, se faz necessário o papel do contador pois a contabilidade ambiental é um estudo do patrimônio ambiental, ou seja, de bens, direitos e obrigações ambientais das organizações tendo como objetivo que o seu usuário interno e externo possam ter total controle sobre as informações dos eventos ambientais que acarretam mudanças na situação patrimonial, além de realizar a identificação, mensuração e evidenciação, conforme Teixeira e Crepaldi (2011).

2 Contabilidade Ambiental

2.1 Conceito

A contabilidade é uma ciência social que tem como objeto o Patrimônio das empresas, além de ser considerada um sistema de informações que tem como objetivo auxiliar no gerenciamento das tomadas de decisão relacionada às entidades que possam garantir sua continuidade. Para Ludícibus e Marion (2000, p 53): “O objetivo da contabilidade pode ser estabelecido como sendo o de fornecer informação estruturada de natureza econômica, financeira e, subsidiariamente, física, de produtividade e social, aos usuários internos e externos à entidade objeto da Contabilidade.”

Atualmente, o meio ambiente vem se tornando o tema de maior importância para a sociedade e a seriedade com que esse assunto vem sendo tratado poderá determinar o futuro das corporações. Sendo assim, a contabilidade ambiental tem como foco orientar e coordenar os gastos das empresas com base no ambiente, fornecendo as informações necessárias para tomada de decisão da gestão ambiental, pois os danos causados a natureza provavelmente serão irreversíveis para a sociedade, conforme Assis, Braz e Santos (2011)

Segundo Laurindo (2014) podemos entender que a Contabilidade Ambiental não é uma contabilidade diferente, pois toda transação que afeta a posição econômica e financeira da entidade deve estar evidenciada nas demonstrações contábeis.

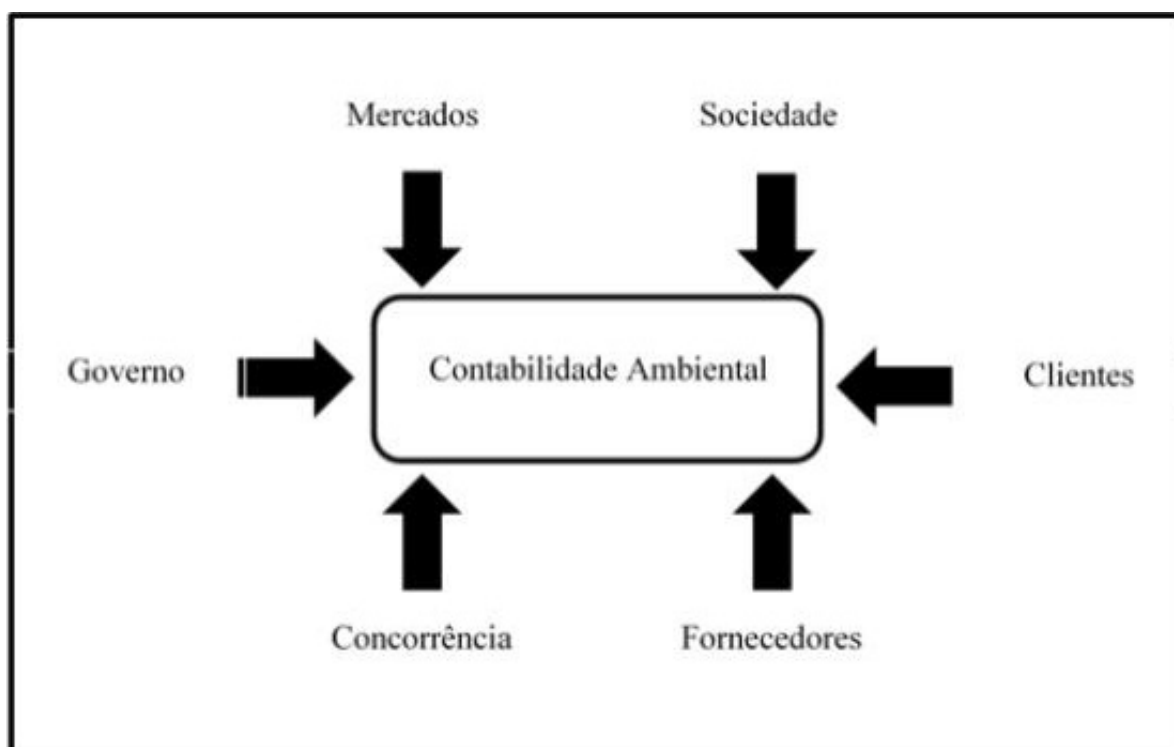
Conforme Kraemer (2001, p 76) a contabilidade é um sistema de informação entre a situação financeira, econômica e patrimonial da empresa, tendo em vista que a atenção do mundo está atingida principalmente por questões ambientais, o assunto tomou forma e hoje representa uma grande oportunidade para as empresas, proporcionando conhecimento aos seus diversos usuários e auxiliando na tomada de decisão. O contador deve se atentar a essas informações e participar de forma ativa

nas decisões, sugerindo medidas de controle e avaliação e métodos de divulgação adequados a realidade da empresa que está inserido.

Economicamente, a gestão ambiental não é demonstrada como “um custo a mais” para as organizações, mas como uma ótima oportunidade de demonstrar a responsabilidade social e melhorar a imagem mercadológica.

Segundo Marion e Costa (2007, p 29), podemos entender a contabilidade ambiental como a mensuração e registro dos bens, direitos e obrigações geradas pelos impactos causados à natureza. As informações geradas são divulgadas em relatórios ambientais, como balanço social ou a demonstração do valor adicionado, que demonstram o desempenho ambiental e os impactos das atividades sobre o meio ambiente aos principais Stakeholders: Mercados, Sociedade, Governo, Clientes, Concorrência e Fornecedores.

Figura 1 – Principais Stakeholders



Segundo (ANTUNES, 2000)

“A contabilidade ambiental [...] tem por objetivo registrar e controlar toda e qualquer atividade desenvolvida ou em desenvolvimento, ocorrida ou a incorrer, não importante se em maior ou menor relevância, desde que, mensurável em moeda, que cause ou possa vir causar qualquer ação destinada a amenizar e/ou extinguir tais danos, devendo ser registrada contabilmente em contas contábeis específicas”.

2.2 Objetivo da Contabilidade Ambiental

A conscientização da entidade para com o meio ambiente vem se tornando um assunto crescente, pois é a principal ferramenta para auxílio dos gestores no processo controle dos processos sustentáveis. Conforme (LUCA; MENDES, 1994, 25)

“As informações a serem divulgadas pela contabilidade vão desde os investimentos realizados, seja em nível de aquisição de bens permanentes de proteção a danos ecológicos, de despesas de manutenção ou correção de efeitos ambientais do exercício em curso, de obrigações contraídas em prol do meio ambiente, e até de medidas físicas, quantitativas e qualitativas, compreendidas para sua recuperação e preservação.”

Para Barbieri (1998, p. 199): A contabilidade ambiental tem como objetivo instruir o administrador a repensar suas ideias e conceitos e convencê-lo de que através de políticas sustentáveis que é possível criar valor para a empresa. Nos últimos anos a contabilidade se aprimorou para atender as novas políticas sustentáveis com o objetivo de fornecer relatórios e informações úteis para a nossa realidade.

A combinação de tecnologias ambientais (cujo objetivo é minimizar os impactos causados ao meio ambiente) com novas tecnologias de produção trazem grande potencial de vantagem competitiva e de desempenho superior para as empresas. Por exemplo, esforços para reduzir emissões poluidoras, por meio da prevenção, refletem-se, positivamente, no resultado de uma empresa. ” (GOMES JÚNIOR; GOMES, 2010)

O modelo mais usado pelas entidades para atingir este objetivo foi a implantação de uma gestão ambiental, isto é, método pelo qual elas controlam o impacto de suas atividades produtivas sobre o meio ambiente. Corroborando o entendimento com Kraemer (2001) a contabilidade tem participação de extrema importância, sendo de sua responsabilidade despertar o interesse para as questões ambientais das corporações, auxiliando-as a se programarem para gestão ambiental não apenas para constar na legislação, mas por uma verdadeira conscientização ecológica. Trazendo consigo o destaque na imagem mercadológica e social, podendo aumentar a competitividade, valorização do mercado externo, reputação com os clientes e até mesmo incentivos do governo, e tudo isso tende ao aumento nas receitas das empresas.

2.3 Funções da Contabilidade Ambiental

2.3.1 Mensuração do Patrimônio

Algo que está pouco avançado e divulgado no que se refere à contabilidade ambiental, é a mensuração e a quantificação dos resultados gerados pelo Sistema de Gestão Ambiental (SGA). Para facilitar o processo de mensuração dos eventos financeiros e econômicos em compliance com o meio ambiente, Costa (2012), Ferreira (2003, p.53) descreve a necessidade de:

- Estabelecer como unidade de mensuração a unidade monetária;
- Permitir a avaliação dos ativos pelos benefícios futuros que eles poderão propiciar à entidade;
- Permitir a avaliação de passivos efetivos pelo valor presente da dívida;
- Permitir a provisão de passivos contingentes pelo valor presente a expectativa de restrições futuras sobre os ativos;
- Representar capitais equivalentes em diferentes datas, permitindo sua comparabilidade;

- Permitir que a moeda esteja isenta das variações em seu poder aquisitivo, ou seja, usar taxas de inflação que possam corrigir isto;
- Evidenciar os efeitos do tempo sobre os capitais, aplicando taxas de juros pertinentes a cada evento;
- Estabelecer um preço de transferência para os serviços prestados ou produtos gerados que venham a ser entregues a terceiros, neste caso, deve-se utilizar o preço e mercado à vista por um serviço de igual qualidade e especificação;
- Utilizar, para consumos efetivos, o menor preço de mercado pelo seu valor à vista, para especificação e qualidade iguais.

Mesmo que a mensuração seja algo de maior complexibilidade em relação a administração da contabilidade ambiental, é imprescindível que ela esteja representada de acordo com as normas gerais de contabilidade e a legislação, demonstrando a verdadeira posição da empresa.

Aparentemente obtendo o entendimento da contabilidade ambiental, podemos inferir que a sua aplicação seja relativamente fácil, mas na prática são encontradas variáveis que dificultam o seu uso. A principal delas é a separação das informações com relação a demonstração do patrimônio da empresa, que segrega a natureza ambiental das demais informações gerais da empresa, sendo necessário a correta classificação e avaliação contábil.

2.3.1.1 Ativo Ambiental

Os ativos ambientais são todos os bens e direitos que servem para gestão do meio ambiente, demonstrando os resultados alcançados através de seus investimentos, podem ser classificados tanto no ativo circulante como no ativo não circulante, que tem como finalidade controle, preservação e recuperação do meio ambiente. Segundo Ribeiro (2005, p. 63): Ativo ambiental pode ser entendido como os gastos ambientais

capitalizados e amortizados durante o período corrente e os futuros, porque satisfazem os critérios para reconhecimento como ativos.

Com o objetivo de demonstrar o seu desempenho a empresa deve separar em uma linha a parte das suas demonstrações contábeis os bens e direitos relacionados ao ativo ambiental. Dessa forma a empresa será transparente com suas ações, podendo cada usuário analisar as informações das demonstrações como um todo. Conforme a NBC: O reconhecimento contábil do evento ou da transação de natureza ambiental deve ocorrer no momento em que a entidade obtiver controle e/ou posse do ativo ambiental.

Os ativos ambientais representam os estoques dos insumos, peças, acessórios, etc, utilizados no processo de eliminação ou redução dos níveis de poluição; os investimentos em máquinas, equipamentos, instalações, etc, adquiridos e/o produzidos com a intenção de amenizar os impactos causados ao meio ambiente; os gastos com pesquisas visando o desenvolvimento de tecnologias modernas, de médio e longo prazo, desde que constituam benefícios ou ações que irão refletir nos benefícios seguintes. (ANTUNES, 2000, p. 7).

Conforme Costa (2012, p. 55), são exemplos de ativos ambientais classificados em circulantes e não circulantes são:

- a) na conta de disponibilidades podem ser contabilizados os valores referentes a recebimentos oriundos de uma receita ambiental;
- b) nos ativos realizáveis a curto e longo prazo podem ser lançados direitos gerados de uma receita ambiental ou estoques;
- c) Investimentos: Participações societárias em empresas responsáveis ecologicamente;
- d) Imobilizado: Bens destinados à manutenção do gerenciamento ambiental, como por exemplo, equipamentos de tratamento para efluentes;

- e) Intangível: Gastos com desenvolvimento que beneficiarão exercícios futuros, como por exemplo, gastos para certificação da ISO 14000 e 14001 de Sistemas de Gestão Ambiental, que proporcionará valorização da imagem e marca da empresa.

2.3.1.2 Passivo Ambiental

Os passivos ambientais são todas as obrigações que uma entidade tem com o meio ambiente e a sociedade, promovendo benefícios futuros a natureza, sendo que a empresa pode adquirir voluntariamente ou involuntariamente destinada a aplicações em ações de controle, preservação e recuperação do meio ambiente. Deve ser reconhecido quando existe uma obrigação decorrente de custos ambientais ainda não desembolsados, ou seja, obrigações presentes referentes a fenômeno passados.

Os passivos ambientais, podem ser divididos em capital de terceiros e capital próprio, para Costa (2012, p. 68) as obrigações que constituem as origens de recursos da entidade são:

- a) Bancos- empréstimos de instituições financeiras para investimentos na gestão ambiental;
- b) Fornecedores – compra de equipamentos e insumos para o controle ambiental;
- c) Governo - multas decorrentes de infração ambiental;
- d) Funcionários - remuneração de mão de obra especializada em gestão ambiental;
- e) Sociedade – indenizações ambientais;

- f) Acionista – aumento do capital com destinação exclusiva para investimentos em meio ambiente ou para pagamento de um passivo ambiental;
- g) Entidade – através da destinação de parte dos resultados (lucro) em programas ambientais.

Muitos empresários resistem para fazer investimentos na área ambiental, pois acreditam que isso reduz o resultado da empresa, todavia percebem que essa falta de investimento pode prejudicar a empresa em relação a sua continuidade.

Logo, os passivos ambientais originam-se de riscos ambientais, devidos aos impactos causados por decorrência das decisões econômicas dos investidores.

Segundo IBRACON (1996):

”O passivo ambiental pode ser conceituado como toda agressão que se praticou/pratica contra o meio ambiente e consiste no valor de investimentos necessários para reabilitá-lo bem como multas e indenizações em potencial.”

Conforme Ribeiro (2005, P. 76) referente ao passivo ambiental:

“Quer se referir aos benefícios econômicos ou aos resultados que serão sacrificados em razão da necessidade de preservar, proteger e recuperar o meio ambiente, de modo a permitir a compatibilidade entre o desenvolvimento econômico, ou em decorrência de uma conduta inadequada em relação a estas questões”.

2.3.2 Evidenciação do Patrimônio

Entendo que para conseguir chegar ao objetivo da contabilidade ambiental, além do importante processo de mensuração dos bens, direitos e obrigações é neces-

sário que essas informações sejam evidenciadas corretamente e que permita ao público interessado o entendimento sobre a atuação da entidade em relação ao meio ambiente. Visto que esse tema é de principal interesse de toda sociedade (inclusive os Stakeholders), os empresários serão cada vez mais pressionados a divulgarem a situação da sua empresa, com transparência e integridade como de acordo com os Princípios Fundamentais da Contabilidade, caso contrário estarão comprometendo a imagem da empresa e a sua continuidade. Para que essas informações sejam demonstradas de forma adequada, é necessário a utilização de relatório contábil, principalmente o Balanço Social que se complementa com a Demonstração do Valor Adicionado, que o ajude a evidenciar os termos de conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente.

A partir do momento que as empresas se preocuparem claramente com as políticas ambientais de proteção, recuperação e controle do meio ambiente, as divulgações dos gastos e dos investimentos auferidos a contabilidade ambiental serão inevitáveis para a boa imagem da organização.

Para (COSTA, 2012; RIBEIRO, 1992, p. 48):

“A contabilidade, enquanto instrumento de comunicação entre empresas e sociedades, poderá estar inserida na causa ambiental. A avaliação patrimonial, considerando os riscos e benefícios ambientais inerentes às peculiaridades de cada atividade econômica, bem como a sua localização, poderá conscientizar os diversos segmentos de usuários das demonstrações contábeis sobre a conduta administrativa e operacional da empresa no que tange o empenho da empresa sobre a questão”.

2.3.2.1 Balanço Social

O Balanço Social tem como objetivo evidenciar o resultado da interação da empresa com o meio que está inserida, ressaltando os aspectos de recursos humanos, ambientais, contribuição para o desenvolvimento econômico e social, e contribuições para a cidadania, sendo que não deve caracterizar como uma propaganda de marketing

mas que seja responsável para a demonstração dos investimentos realizados pela empresa.

A falta de obrigatoriedade na publicação de informações sociais demonstra que as questões econômicas se sobrepõe às questões sociais. Entretanto, órgãos regulamentadores como a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), emitiram instruções que devem nortear a publicação do balanço social.

A NBC-T nº15, resolução Conselho Federal de Contabilidade (2002), Santos (2004) denota o balanço social como:

Demonstração contábil que tem por objetivo a evidenciação de informações de natureza social com vistas a prestar contas a sociedade pelo uso dos recursos naturais e humanos, demonstrando o grau de responsabilidade social da entidade.

Para KROETZ (1999) o balanço social é uma ferramenta gerencial, pois retrata e destaca dados relacionados a qualidade e quantidade da gestão da empresa com a sociedade. Essa gestão leva a empresa a uma melhor tomada de decisões.

O balanço social surgiu desde que os stakeholders começaram a se interessar pelo desenvolvimento financeiro e ambiental das companhias, pois dificilmente esses dados estão destacados nos relatórios contábeis feitos normalmente pelas instituições.

O papel da empresa não está ligada apenas em gerar lucros, mas também no seu desempenho social, e essa é a essência do balanço social. A empresa demonstra esse desempenho para a sociedade conforme a utilização dos recursos, sendo eles positivos ou negativos.

Segundo CARVALHO (2000, p. 03):

[...] o balanço social deve ser elaborado e divulgado de forma a apresentar uma imagem da empresa que venha a atrair tanto o consumidor quanto os investidores, o financiador, o acionista e o agente de seguro para negociação mais lucrativa para empresa, uma vez que esta apresenta menor risco.

Através desse relatório a sociedade possui uma melhor nitidez das ações da empresa, ou seja, sua gestão de responsabilidade. Por meio dele a empresa observa se suas ações estão atendendo sua visão com relação à responsabilidade social.

A primeira tarefa do contador para a elaboração do Balanço Social, é ajustar o plano de contas da entidade, a fim de corroborar as informações que estão registradas na contabilidade.

2.3.2.2 Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é um elemento contábil, que demonstra de forma sucinta a riqueza gerada pela empresa em um determinado período, que posteriormente será distribuída.

Segundo Santos (1999, p. 98):

A Demonstração do Valor Adicionado, componente importantíssimo do balanço Social, deve ser entendida como a forma mais competente criada pela contabilidade para auxiliar na medição e demonstração da capacidade de geração bem como de distribuição, da riqueza de uma entidade.

A Demonstração do Valor Adicionado¹ está diretamente ligado ao Balanço Social, pois apresentam informações que se complementam, enquanto a DVA apresenta a riqueza gerada pela empresa, o Balanço Social evidencia os efeitos causado pela distribuição dessa riqueza.

¹ Valor adicionado: representa a riqueza criada pela empresa, de forma geral medida pela diferença entre o valor das vendas e os insumos adquiridos de terceiros. Inclui também o valor adicionado recebido em transferência, ou seja, produzido por terceiros e transferido à entidade CPC 09

No Brasil a DVA é obrigatória nas Companhias de Capital Aberto, segundo a lei 11.638/07 regulamentado pelo CPC 09. Deve ser elaborada anualmente no final de cada exercício juntamente com os outros relatórios contábeis. Todavia as empresas de Capital fechado, grande e pequeno porte são instruídas a realizar este relatório mesmo que seja para um melhor gerenciamento.

Tabela 1 – Demonstração do Valor adicionado - Empresas em Geral

DESCRIÇÃO		Em	Em
		milhares de reais	milhares de reais
		20x1	20x1
1	RECEITAS		
1.1	Vendas de Mercadorias, Produtos e serviços		
1.2	Outras Receitas		
	Receitas Relativas a Construção de ativo		
1.3	Próprio		
	Provisão para créditos de liquidação duvidosa -		
1.4	Reversão / (Constituição)		
	INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
2	(inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS E COFINS)		
2.1	Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		

DESCRIÇÃO		Em	Em
		milhares de reais	milhares de reais
		20x1	20x1
2.2	Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		
2.3	Perda / Recuperação de valores ativos		
2.4	Outras (especificar)		
3	VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)		
4	DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		
5	VALOR ADICIONADO LIQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)		
6	VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
6.1	Resultado de equivalência patrimonial		
6.2	Receitas Financeiras		
6.3	Outras		
7	Valor adicionado total a distribuir (5+6)		
8	DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
8.1	Pessoal		
8.1.1	Remuneração Direta		
8.1.2	Benefícios		
8.1.3	F.G.T.S		
8.2	Impostos, taxas e contribuições		

DESCRIÇÃO	Em	Em
	milhares de reais	milhares de reais
	20x1	20x1
8.2.1 Federais		
8.2.2 Estaduais		
8.2.3 Municipais		
8.3 Remuneração de Capitais de Terceiros		
8.3.1 Juros		
8.3.2 Aluguéis		
8.3.3 Outras		
8.4 Remuneração de Capitais Próprios		
8.4.1 Juros sobre o Capital Próprio		
8.4.2 Dividendos		
8.4.3 Lucros retidos/Prejuízo do exercício		
8.4.4 Participação dos não controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)		

CPC 09

3 Sistema de Gestão Ambiental

3.1 Definição

O Sistema de Gestão Ambiental (SGA) compreende a estrutura organizacional, as responsabilidades, as práticas, os procedimentos, os processos e recurso para aplicar, elaborar, revisar e manter a política ambiental da empresa.

No sentido lato, gestão ambiental é a definição utilizada para disciplinar a posição das empresas em relação às suas atitudes empresariais que agridem ao meio ambiente, ou seja, conseguir que os impactos ambientais sejam minimizados e não ultrapasse o desenvolvimento ambiental. Costa (2012, p. 103), gestão ambiental é o:

Principal instrumento para se obter um desenvolvimento industrial sustentável. O processo de gestão ambiental nas empresas está profundamente vinculado a normas que são elaboradas pelas instituições públicas (prefeituras, governos estaduais e federal) sobre o meio ambiente. Essas normas fixam os limites aceitáveis de emissão de substâncias poluentes, definem em que condições serão despejados os resíduos, proíbem a utilização de substâncias tóxicas, definem a quantidade de água que pode ser utilizada, volume de esgoto que pode ser lançado e etc.

O SGA é uma ferramenta de qualidade estipulada pela ISO14001 (2004), e o seu principal objetivo é:

Auxiliar a empresas a identificar, priorizar e gerenciar seus riscos ambientais como parte de suas práticas usuais. A norma faz com que a empresa dê uma maior atenção às questões mais relevantes de seu negócio. A ISO 14001 exige que as empresas se comprometam com a prevenção da poluição e com melhorias contínuas, como parte do ciclo normal de gestão empresarial. A norma é baseada no ciclo PDCA do inglês “plan-do-check-act” - planejar, fazer, checar e agir - e utiliza terminologia e linguagem de gestão conhecida.

De acordo com Braga (2007): “Em um conceito mais amplo, portanto, ges-

tão ambiental significa incorporar à gestão estratégica da organização princípios e valores que visem ao alcance de um modelo de negócio focado no desenvolvimento sustentável.”

Atualmente empresas estão entendendo que para um modelo decisório a empresa não deve somente pensar em seus processos produtivos, como também conscientizar-se ecologicamente. A interiorização do SGA exige que seja corretamente planejado e organizado, para que possa atingir a excelência ambiental, gerando retorno financeiro e vantagem competitiva. Em função dessa cultura ambiental, a maior parte dos esforços tecnológicos e financeiros que as empresas estão efetuando são de técnicas corretivas, sendo estas substituídas por políticas preventivas.

O processo de gestão ambiental pode ser implementado por empresas de qualquer tamanho, pois todas podem pensar sustentável diminuindo consumos que tendem a prejudicar o meio ambiente e incentivando a utilização de produtos recicláveis, e para esses atos se consolidarem é necessário que o processo de gestão seja formado por algumas variáveis como, estabelecimento de políticas, planejamento, plano de ação, formas de captação de recursos, determinação de responsabilidades, decisão, controle, entre outras ações.

Segundo Berto Neto (2014), o modelo sustentável de gerenciamento está fundamentado nos cinco princípios a seguir, que devem ser obedecidos pelas empresas:

- 1) Conhecer o que deve ser realizado, assegurando o comprometimento com o SGA e definindo a política ambiental;
- 2) Elaborar um plano de ação voltado ao atendimento dos requisitos da política ambiental;
- 3) Assegurar as condições para o cumprimento dos objetivos e metas ambientais e implementar as ferramentas de sustentação necessárias;

- 4) Realizar avaliações quali-quantitativas periódicas de conformidade ambiental da empresa;
- 5) Revisar e aperfeiçoar a política ambiental, os objetivos e metas e as ações implementadas para assegurar a melhoria contínua do desempenho ambiental da empresa.

Podemos observar que nas últimas épocas houve um aumento no número da população, o que acarretou em maior demanda de produtos industrializados e fortes investimentos em tecnologia. Esse fato, fez com que as empresas utilizasse recursos naturais sem controlar os desgastes ao meio ambiente, pois o seu único objetivo era diminuir os custos de produção, assim as empresas começaram a causar altos índices de degradação ao meio ambiente. Foi essa movimentação que serviu de base para a criação da ISO 14000.

4 ISO 14000

4.1 Definição

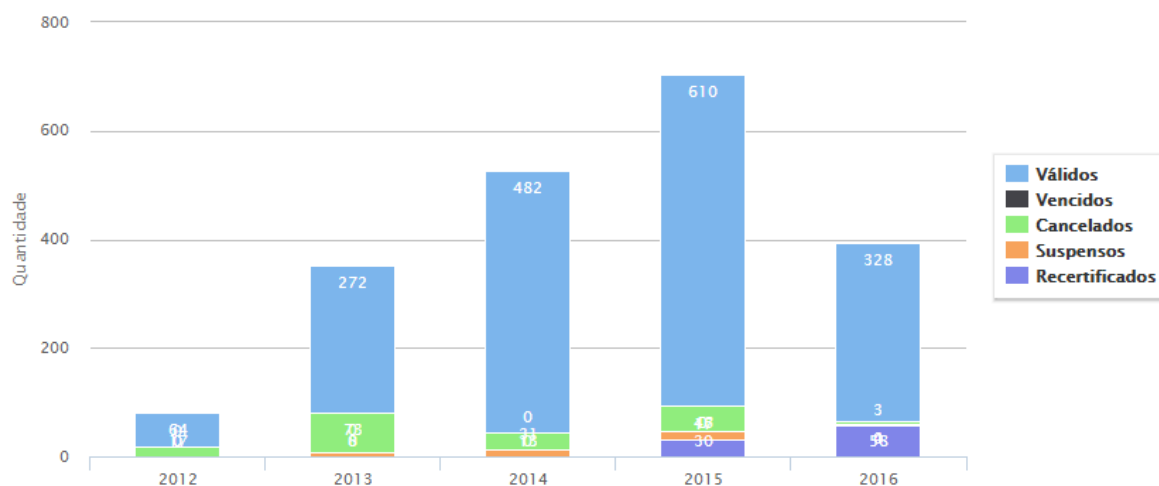
A ISO 14000 é uma série de normas que definem os parâmetros para a gestão ambiental das empresas, de modo a permitir que a organização formule políticas, missão, visão, valores e objetivos, que levem em conta os requisitos legais e os impactos ambientais. Estas normas foram definidas pela International Organization for Standardization - ISO (Organização Internacional para Padronização), com o objetivo de diminuir o impacto provocado pelas empresas ao meio ambiente, equilibrar a proteção ambiental e a prevenção de poluição com as necessidades sociais e econômicas. Por um longo período, muitas empresas utilizam recursos naturais para conseguirem minimizar os custos de produção e maximizar os lucros, gerando atitudes de degradação, poluição e danos ambientais através de seus processos de produção.

Quando uma empresa deseja obter o Certificado ISO 14000, precisa estar de acordo com a manutenção do Sistema de Gestão Ambiental orientado pelos requisitos da Norma: Comprometimento e política, Planejamento, Implementação e Operação, e análise crítica. Este certificado é importante, pois atesta que a organização possui responsabilidade ambiental, valorizando assim seus produtos e marca. e tendo o reconhecimento do público como empresa sustentável. Para conseguir e manter o certificado, a empresa precisa seguir a legislação ambiental do país, assegurar que todos os funcionários compreendem a importância do cumprimento do sistema, diagnosticar os impactos ambientais que está causando, examinar e avaliar os efeitos causados, contratar serviços e comprar de empresas que possuem a mesma conscientização, e aplicar procedimentos para diminuir os danos ao meio ambiente.

Podemos verificar que a grande maioria das empresas brasileiras não possui conhecimento suficiente para aplicação da contabilidade ambiental, não podendo corroborar impactos ambientais causados com a evidenciação contábil. Assim, prejudicando

as tomadas de decisão da organização para reduzir esses impactos com melhorias e conscientização do seu pessoal.

Figura 2 – Histórico ABNT NBR ISO 14001



Fonte: INMETRO - Certifiq

O Certifiq - Sistema de Gerenciamento de Certificados foi desenvolvido por iniciativa do Inmetro em parceria com os Comitês da Qualidade ABNT/CB-25 e ABNT/CB-38 e visa disponibilizar à sociedade em geral, de modo eficiente, transparente e centralizado, informações dos certificados emitidos no Brasil por organismos de certificação acreditados pelo Inmetro nos sistemas de gestão da qualidade (ISO 9001) e gestão ambiental (ISO 14001). (INMETRO, 2016)

Figura 3 – Empresas ativas no Brasil por seção de Atividade Econômica



Fonte: Empresometro

Em comparação com o número de empresas ativas no Brasil e o número com certificação da ISO 14000, observamos o quão é importante a divulgação e a conscientização das empresas com os impactos e danos causados ao meio ambiente. A contabilidade é uma ciência social, que tem como objetivo auxiliar os administradores em suas decisões empresariais, bem como é de sua responsabilidade alertar os administradores o dever de estar em consonância com as transformações geradas e causadas ao meio ambiente, deixando esses registrados contabilmente evidenciados. Ter a certificação da ISO 14000 é importante para a imagem da empresa, pois os tomadores de bens e serviços estão cada vez mais preocupados com o futuro da humanidade e do planeta.

5 Planejamento Sustentável

Nosso planeta sofre com a degradação do meio ambiente, e essa degradação aumentou consideravelmente a partir da Revolução Industrial. Nos últimos anos o conceito da sustentabilidade ambiental vem sendo inserido na sociedade através de empresas e governos. Este conceito é composto por medidas que podem ser tomadas por ambos com o objetivo de gerar riqueza sem prejudicar o meio ambiente, buscando utilizar recursos que não agridam o meio ambiente ou que pelo menos tenham um baixo impacto, sem deixar de atender as necessidades e expectativas dos consumidores.

As empresas, para CALLENBACH (1993), são sistemas vivos, cuja compreensão ficaria incompleta se utilizarmos apenas a ótica financeira. Sendo um sistema vivo, as empresas não podem ser controladas estritamente por meio de intervenção direta, mas, podem ser influenciadas por meio da transmissão de orientações e emissão de impulsos. A esse novo estilo de administração, chamamos de administração sistêmica.

Para Sachs (1994) o desenvolvimento sustentável pode ser percebido através de cinco aspectos:

A sustentabilidade social – que se entende como a criação de um processo de desenvolvimento sustentado por uma civilização com maior equidade na distribuição de renda e de bens, de modo a reduzir o abismo entre os padrões de vida dos ricos e dos pobres;

A sustentabilidade econômica – que deve ser alcançada através do gerenciamento e alocação mais eficientes dos recursos e de um fluxo constante de investimentos públicos e privados;

A sustentabilidade ecológica – que podem ser alcançadas através do aumento da capacidade de utilização dos recursos, limitação do consumo de combustíveis fósseis, de outros recursos naturais e produtos que são facilmente esgotáveis, redução da geração de resíduos e de poluição, através da conservação de energia, de recursos e da reciclagem;

A sustentabilidade espacial – que deve ser dirigida para a obtenção de uma configuração rural-urbana mais equilibrada e uma melhor distribuição territorial dos assentamentos humanos e das atividades econômicas

A sustentabilidade cultural – incluindo a procura por raízes endógenas de processos de modernização e de sistemas agrícolas integrados, que facilitem a geração de soluções específicas para o local, o ecossistema,

a cultura e a área.

Quando olhamos para o planejamento sustentável nas empresas, ele precisa ser olhado através das 5 perspectivas acima, com o objetivo de maximizar os resultados da gestão.

O crescimento da preocupação global com o meio ambiente e o desenvolvimento de padrões ambientais internacionais tem criado a necessidade das empresas adotarem formalmente estratégias e programas ambientais. A maior parte das empresas americanas tem sido condescendente com a adoção de programas de proteção ambiental determinado pelo Governo a partir da legislação e estrutura regulatória. No entanto, nos últimos anos, algumas mobilizações da sociedade em prol do meio ambiente como boicotes de consumo, preferências dinâmicas de consumo e outras exigências de consumidores nessa área têm afetado fundamentalmente as estratégias de negócios, bem como o valor do negócio principal de várias empresas (BHUSHAN; MACKENZIE; BIEKER, 2006)

Para Kraemer (2005a) quando falamos de planejamento empresarial, não podemos excluir a figura do contador, o profissional responsável pelos registros contábeis e análises dos indicadores financeiro, e sem este seria impossível elaborar um modelo de planejamento e gestão para a empresa.

O contador deve participar de forma ativa neste processo de planejamento, avaliação e controle das questões sociais e ambientais, registrando e divulgando as medidas adotadas e os resultados alcançados. Os contadores têm um papel fundamental nesta perspectiva, uma vez que depende desses profissionais elaborar um modelo adequado para esta entidade, incentivar às empresas a implementarem gestões ambientais que possam gerar dados apresentáveis contabilmente, nos balanços sociais, além de criar sistemas e métodos de mensuração dos elementos e de mostrar ao empresário as vantagens dessas ações.(KRAEMER, 2005a)

Para FERRUCCI (2001) as empresas devem adotar um sistema de contabilidade voltada para a gestão ambiental. Pois a contabilidade tradicional esconde alguns

tipos de custos do tomador de decisão. As empresas operam involuntariamente em um nível inferior, caso um modelo voltado a gestão ambiental tivesse sido adotada.

- A contabilidade convencional, com seus custos agregados (em um conjunto de custos ambientais e não ambientais), deixa custos “ocultos” da direção.
- A direção tende a subestimar a extensão e crescimento desta evidência substancial. Identificando, avaliando e destinando custos ambientais a Contabilidade de Gestão Ambiental permite identificar oportunidades de redução de custos (por exemplo reemprego de solventes tóxicos por substâncias não tóxicas).
- Uma regra na contabilidade de gestão ambiental é que 20% das atividades de produção são responsáveis por 80% dos custos ambientais. Quando se identificam as contas compartilhadas pelas várias linhas do produto, os produtos com baixo custo ambiental subsidiam aqueles com alto custo ambiental. Isto resulta na formação ineficiente do preço, do qual reduz a rentabilidade.
- Uma aplicação relativamente simples da Contabilidade de Gestão Ambiental que pode dar um importante benefício na administração do desperdício, dado que o custo de manipulação e disposição do desperdício é relativamente fácil de definir e destinar a produtos específicos.
- Outros custos ambientais, incluindo os custos de cumprimento regulatório, os custos legais, o dano da imagem da empresa, os riscos e os passivos ambientais são muito mais difíceis de calcular.
- Os regulamentos ambientais, as demandas do consumidor, e a pressão do público, pertencente ao desempenho ambiental estão constantemente mudando. As companhias com sistemas de Contabilidade de gestão ambiental podem determinar os custos e se isentarem de responder a tais mudanças e condições de mercado, e em consequência podem ganhar uma vantagem competitiva com outras empresas.

A contabilidade com princípios voltados para a gestão ambiental alinha-se, portanto, aos esforços da sustentabilidade, não somente econômica, mas sobretudo humana. A partir desse modelo a contabilidade atua como uma facilitadora da propagação das informações contábeis, para que informações como eficiência do uso dos recursos naturais sejam conhecidos pelo grande público, com a finalidade de reduzir os riscos ambientais, impactos ambientais e futuros gastos com a preservação do meio ambiente.

A questão ambiental, devido a sua alta importância na sociedade, deve ser incorporada as demonstrações contábeis, pois os seus reflexos são sentido no curto,

médio e longo prazo.

6 O papel do contador

6.1 O Contador

A contabilidade brasileira a partir da LEI Nº 11.638, dE 28 de Dezembro de 2007¹, tem buscado se alinhar com a contabilidade internacional, esse movimento de conversão internacional, foi criado com o objetivo de dar em linhas gerais uma maior harmonização as demonstrações contábeis.

Essa evolução nas normas de contabilidade impactou diretamente na atuação do contador.

As alterações ocorridas nos últimos anos na atuação do profissional contábil decorrente, dentre outros fatores, da globalização e das inovações em tecnologia da informação, levaram os profissionais a buscarem formas de desenvolverem suas competências e de adquirirem novas habilidades e conhecimentos (MOHAMED; H., 2003)

Com a adesão do IFRS (*International Financial Reporting Standards*), ou Normas Internacionais de Contabilidade, a importância e a imagem do contador nas empresas sofreu grande alteração, e atualmente o contador no Brasil, deverá desempenhar funções muito semelhantes ao do contador internacional.

De acordo com Marion (2003) o contador deverá passar por uma evolução :

Hoje, se espera que o contador esteja em constante evolução, pois, além de uma série de atributos indispensáveis nas diversas especializações da profissão contábil, não é mais possível sobreviver no momento atual com aquela postura de escriturador, “guarda-livros”, “despachante” e atividades burocráticas de maneira geral.(MARION; SANTOS, 2003)

¹ Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras.

Até o IFRS a função do contador dentro das empresas era limitada a atender o as exigências fiscais e elaborar as demonstrações exigidas pela lei, enquanto que a parte gerencial do negócio era feita exclusivamente pelos administradores.

No Brasil, por muito tempo a profissão contábil tem sido depreciado, muitas vezes considerado como um mal necessário, muitas vezes chamado de “Darfista” devido ao alto tempo perdido na execução das obrigações fiscais. Porém hoje o contador volta as suas origem:

“deve desempenhar aqui um papel importante nas negociações inter-regionais, assessorando, pesquisando, trazendo informações e elementos que assegurem o fluxo de informação contínua, que leva a uma tomada de decisão racional, devendo oferecer um serviço socialmente útil e profissionalmente eficiente, que não seja apenas fruto da experiência e da formação universitária recebida, mas também de seu compromisso de incrementar e renovar constantemente o caudal de seus conhecimentos em prol da unidade regional”.(MONTALDO, 1995, 32)

O papel principal do contador, de acordo com Montaldo, nunca foi o de atender exclusivamente às obrigações fiscais, mas sim a de gerar informação relevante para o usuário da contabilidade, participar das tomadas de decisões, e através desse novo papel mitigar prováveis erros. O administrador em posse das informações patrimoniais e financeiras, poderá planejar e criar simulações em diversos cenários possíveis para atingir metas e garantir a saúde financeira da empresa.

Para manter a veracidade das informações, nas grandes empresas o contador acumula mais um papel, o de identificar e corrigir erros nos sistemas integrados, erros que não tiveram o seu efeito sentido no momento da implantação do sistema. Ter um bom relacionamento com o departamento de TI facilitará em muito a vida do contador, pois constantemente será necessário adaptar e desenvolver sistemas para gerar informações confiáveis.

o contador deve estar no centro e na liderança deste processo, pois, do contrário, seu lugar vai ser ocupado por outro profissional. O contador deve saber comunicar-se com as outras áreas da empresa. Para tanto, não pode ficar com os conhecimentos restritos aos temas contábeis e fiscais. O contador deve ter formação cultural acima da média, inteirando-se do que acontece ao seu redor, na sua comunidade, no seu Estado, no seu País e no mundo. O contador deve ter um comportamento ético-profissional inquestionável. O contador deve participar de eventos destinados à sua permanente atualização profissional. O contador deve estar consciente de sua responsabilidade social e profissional. (NASI, 1994)

6.2 Código de Ética Contábil

Ética é um dos termos mais falados ultimamente, principalmente devido a sua não utilização no meio empresarial. Definimos ética como conjunto de normas essenciais para uma boa relação entre o homem e a sociedade, e quando a utilizamos cooperamos para o fortalecimento das relações interpessoais

Lisboa (1997) no concernente ao assunto, acrescenta:

“De forma geral, o estabelecimento de regras no seio de uma sociedade busca proteger o direito das pessoas e da própria sociedade. É de se entender, portanto, que à medida que uma dessas regras é violada, o infrator fica sujeito a sofrer algum tipo de penalidade, mesmo que esta seja tão somente uma condenação moral.”

O contador juntamente com o Auditores no Brasil, agem sob de um código de ética, que determina os direitos e deveres da classe, essas normas deverão ser observadas pelo profissional enquanto atuar na área. É de extrema importância que o contador possua conhecimento técnicos para atuar na área mas antes é necessário que o mesmo exerça a sua atividade dentro da ética profissional.

Não é possível nem permissível a um profissional ter todos os conhecimentos técnicos para exercer com maestria a profissão contábil se este mesmo profissional não desenvolver suas atividades baseado num comportamento ético em relação aos demais colegas e a terceiros interessados. (HANDEL, 1994)

A resolução do nº806 do CFC nº 803 (1996) versa sobre os deveres e proibições do profissional contábil. No Art. 2º é explanado os deveres do Profissional da Contabilidade:

- I – exercer a profissão com zelo, diligência, honestidade e capacidade técnica, observada toda a legislação vigente, em especial aos Princípios de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade, e resguardados os interesses de seus clientes e/ou empregadores, sem prejuízo da dignidade e independência profissionais;
- II – guardar sigilo sobre o que souber em razão do exercício profissional lícito, inclusive no âmbito do serviço público, ressalvados os casos previstos em lei ou quando solicitado por autoridades competentes, entre estas os Conselhos Regionais de Contabilidade;
- III – zelar pela sua competência exclusiva na orientação técnica dos serviços a seu cargo;
- IV – comunicar, desde logo, ao cliente ou empregador, em documento reservado, eventual circunstância adversa que possa influir na decisão daquele que lhe formular consulta ou lhe confiar trabalho, estendendo-se a obrigação a sócios e executores;
- V – inteirar-se de todas as circunstâncias, antes de emitir opinião sobre qualquer caso;
- VI – renunciar às funções que exerce, logo que se positive falta de confiança por parte do cliente ou empregador, a quem deverá notificar com trinta dias de antecedência, zelando, contudo, para que os interesses dos mesmos não sejam prejudicados, evitando declarações públicas sobre os motivos da renúncia;
- VII – se substituído em suas funções, informar ao substituto sobre fatos que devam chegar ao conhecimento desse, a fim de habilitá-lo para o bom desempenho das funções a serem exercidas;
- VIII – manifestar, a qualquer tempo, a existência de impedimento para o exercício da profissão;
- IX – ser solidário com os movimentos de defesa da dignidade profissional, seja propugnando por remuneração condigna, seja zelando por condições de trabalho compatíveis com o exercício ético-profissional da Contabilidade e seu aprimoramento técnico.
- X – cumprir os Programas Obrigatórios de Educação Continuada estabelecidos pelo CFC;
- XI – comunicar, ao CRC, a mudança de seu domicílio ou endereço e da organização contábil de sua responsabilidade, bem como a ocorrência de outros fatos necessários ao controle e fiscalização profissional.
- XII – auxiliar a fiscalização do exercício profissional.

Já o Art. 3º fala sobre as proibições que o contador enquanto no desempenho de suas funções, será vedado.

- I – anunciar, em qualquer modalidade ou veículo de comunicação, conteúdo que resulte na diminuição do colega, da Organização Contábil ou da classe, em detrimento aos demais, sendo sempre admitida a indicação de títulos, especializações, serviços oferecidos, trabalhos realizados e relação de clientes;
- II – assumir, direta ou indiretamente, serviços de qualquer natureza, com prejuízo moral ou desprestígio para a classe;
- III – auferir qualquer provento em função do exercício profissional que não decorra exclusivamente de sua prática lícita;
- IV – assinar documentos ou peças contábeis elaborados por outrem, alheio à sua orientação, supervisão e fiscalização;
- V – exercer a profissão, quando impedido, ou facilitar, por qualquer meio, o seu exercício aos não habilitados ou impedidos;
- VI – manter Organização Contábil sob forma não autorizada pela legislação pertinente;
- VII – valer-se de agenciador de serviços, mediante participação desse nos honorários a receber;
- VIII – concorrer para a realização de ato contrário à legislação ou destinado a fraudá-la ou praticar, no exercício da profissão, ato definido como crime ou contravenção;
- IX – solicitar ou receber do cliente ou empregador qualquer vantagem que saiba para aplicação ilícita;
- X – prejudicar, culposa ou dolosamente, interesse confiado a sua responsabilidade profissional;
- XI – recusar-se a prestar contas de quantias que lhe forem, comprovadamente, confiadas;
- XII – reter abusivamente livros, papéis ou documentos, comprovadamente confiados à sua guarda;
- XIII – aconselhar o cliente ou o empregador contra disposições expressas em lei ou contra os Princípios de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade;
- XIV – exercer atividade ou ligar o seu nome a empreendimentos com finalidades ilícitas;

- XV – revelar negociação confidenciada pelo cliente ou empregador para acordo ou transação que, comprovadamente, tenha tido conhecimento;
- XVI – emitir referência que identifique o cliente ou empregador, com quebra de sigilo profissional, em publicação em que haja menção a trabalho que tenha realizado ou orientado, salvo quando autorizado por eles;
- XVII – iludir ou tentar iludir a boa-fé de cliente, empregador ou de terceiros, alterando ou deturpando o exato teor de documentos, bem como fornecendo falsas informações ou elaborando peças contábeis inidôneas;
- XVIII – não cumprir, no prazo estabelecido, determinação dos Conselhos Regionais de Contabilidade, depois de regularmente notificado;
- XIX – intitular-se com categoria profissional que não possua, na profissão contábil;
- XX – executar trabalhos técnicos contábeis sem observância dos Princípios de Contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade;

- XXI – renunciar à liberdade profissional, devendo evitar quaisquer restrições ou imposições que possam prejudicar a eficácia e correção de seu trabalho;
- XXII – publicar ou distribuir, em seu nome, trabalho científico ou técnico do qual não tenha participado;
- XXIII – Apropriar-se indevidamente de valores confiados a sua guarda;
- XXIV – Exercer a profissão demonstrando comprovada incapacidade técnica.
- XXV – Deixar de apresentar documentos e informações quando solicitado pela fiscalização dos Conselhos Regionais.

Quando analisamos os deveres e proibições de forma totalmente isolada, não enxergamos qualquer menção a responsabilidade social, mas temos que entender que a contabilidade atinge outras pessoas além dos administradores. Mas vale lembrar que a forma como o contador decidirá atuar no final irá beneficiar ou prejudicar imagem da classe contábil.

Franco (1991, p 273) diz que:

Uma das marcas distintivas da profissão contábil é a sua responsabilidade para com o público. É salutar lembrar que os contadores são mais notados por serem honestos do que por serem confiáveis. Como contadores, precisamos reconhecer que nosso comportamento ético é envolvido não apenas pelo que vemos como ético, mas pelo que é visto por terceiros que nos observam.

6.3 Responsabilidade Social

Responsabilidade Social é uma forma de conduzir os negócios da empresa de tal maneira que a torna parceira e co-responsável pelo desenvolvimento social. A empresa socialmente responsável é aquela que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio-ambiente) e conseguir incorporá-los no planejamento de suas atividades, buscando atender às demandas de todos e não apenas dos acionistas ou proprietários.(REIS,)

Os contadores atuam em um segmento de trabalho onde as influências atingem diretamente o resultado das empresas e cabe ao contador saber diferenciar os resultados que essas podem trazer.

A Contabilidade, como ciência social, com profunda fundamentação epistemológica, impõe ao contador [...] a responsabilidade social, como cidadão gerador e distribuidor de empregos, riquezas, educação. (HOOG, 2006, p 18)

A contabilidade possui dois tipos de clientes: internos e externos. Os proprietários das empresas são considerados clientes internos e buscam informações para conduzir da melhor forma os seus investimentos, e precisam se certificar de que a empresa está cumprindo o seu papel social.

Kraemer (2005b, p 52) define responsabilidade social das empresas como:

um conceito segundo o qual as empresas decidem, numa base voluntária, contribuir para uma sociedade mais justa e para um ambiente mais limpo. A empresa é socialmente responsável quando vai além da obrigação de respeitar as leis, pagar impostos e observar as condições adequadas de segurança e saúde para os trabalhadores, e faz isso por acreditar que assim será uma empresa melhor e estará contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa.

A responsabilidade social é um conceito de gerenciamento de negócios, que atualmente só é utilizado por um seleto grupo de empresas. Essas empresas buscam na adoção desse conceito melhorar a sua imagem juntamente ao seu público alvo, e conseqüentemente melhorar os seus índices financeiros e é sob essa ótica que o profissional contábil atua.

Os contadores em sua rotina manuseiam diversos tipos de documentos, lida com a legislação das três esferas nacionais (Federal, Estadual e Municipal), e precisa se atualizar constantemente, lidar com as áreas tributária, previdenciária, societária, e comercial para desempenhar bem as suas funções.

Dentro desse contexto o papel do contador é amplo

A Contabilidade como ciência é tão ampla que advogamos ser possível alcançar o bem-estar comunitário global, na atual era 'científica filosófica', pela aplicação das teorias e enunciados de vanguarda na obtenção da melhor eficiência e eficácia da riqueza das células sociais e seus patrimônios. O conhecimento científico, portanto, ciência pura, livre das impurezas da política contábil atual, deve identificar, de forma holística, o rumo da prosperidade material e, conseqüentemente, o bem-estar social comunitário (HOOG, 2006, p 26)

A informação contábil vai muito além dos resultados financeiros.

A função social do conhecimento contábil é tão vasta que um dia haverá de ser assim reconhecida, entendendo que é através da Contabilidade que se conseguirá o bem-estar das nações, pelo emprego dos modelos de eficácia patrimonial, capazes de indicarem caminhos para a prosperidade individual e social, sob uma ótica de respeito à vida de todos os seres (KROETZ, 2003, p 34)

Quando analisamos o fruto das ações dos contadores, verificamos que o seu trabalho atinge diretamente as políticas de responsabilidade social. Quando uma empresa não se preocupa com o impacto que as suas atividades têm sobre o meio ambiente e o mesmo não toma nenhuma atitude e não toma qualquer atitude para mudar essa situação, deixa subentendido que não possui responsabilidade social, e está contribuindo para com a destruição do meio ambiente.

Podemos ter um balanço patrimonial que apresenta elevados resultados, mas que comparado com o balanço social demonstra atitudes negativas por parte da empresa, as quais mascaram o lucro auferido, ou seja, pode uma indústria ter lucro contábil, mas a forma de geração do resultado é altamente prejudicial ao meio ambiente. (KROETZ, 2003, p 136)

O contador dentro das empresas possui um papel importante como agente de mudanças. No desempenho das suas atividades, profissionais envolvidos em ética e responsabilidade social poderão com o tempo mudar o atual cenário empresarial, onde apenas as grandes empresas se preocupam com o impacto das suas atividades no meio

ambiente, fazendo com que a grande massa empresarial assumam a responsabilidade social como um padrão ético empresarial.

A responsabilidade social pressupõe o reconhecimento da comunidade e da sociedade como partes interessadas da organização, com necessidades que precisam ser atendidas. (TINOCO, 2001, 116)

7 Conclusão

O contabilista tem como objeto de trabalho uma das informações mais sensíveis para as empresas, que são as informações patrimoniais. E por isso deve buscar continuamente atualizar seus conhecimentos, acompanhar as mudanças na legislação, cumprir com as regras de educação continuada impostas pelo CRC e buscar conhecimentos gerais que sejam relevantes para o objeto da empresa.

Os relatórios contábeis possuem a função de transparecer a saúde financeira da empresa, e nos últimos anos algumas empresas, ao analisar as necessidades dos stakeholders, verificaram que, alguns usuarios da contabilidade não estavam sendo não estavam satisfeitos com apenas os relatórios econômicos - financeiros.

E para atender a demanda desse usuário que necessitava de informações mais completas, o contabilista passou a ter a oportunidade de agregar mais valor ao seu trabalho. Até o momento suas funções estavam restritas a atender às obrigações fiscais e as necessidades de informação dos controladores. Passou portanto a dedicar um maior tempo a contabilidade gerencial, que busca atender as necessidades de informação dos acionistas e demais clientes. Nessa modalidade o contador possui a capacidade produzir informações com maior valor agregado.

Para Horngren, Foster e Datar (2000, p 3-4) a contabilidade gerencial auxilia no planejamento e controle fornecendo à administração informações como:

- Representação financeira de planos – orçamento;
- Registro e classificação contábil das transações – sistema contábil;
e
- Comparação entre o que foi orçado e o real – relatórios de desempenho.

Nesse novo sistema o contador possui uma maior responsabilidade, eviden-

ciando as tomadas de decisões dos administradores, pois em um dado momento a empresa pode estar apresentando um bom resultado financeiro nos seus relatórios, desconsiderando variáveis importantíssimas, como desperdícios de materiais, contaminação do solo, contaminação do ar, exposição dos trabalhadores a condições insalubres, que em um futuro não muito distante retornará através de processos trabalhistas e ambientais que a mesma venha sofrer, podendo até reverter todo o resultado positivo que a mesma acumulou.

Portanto é dentro da concepção, de que o contador agora ciente da sua responsabilidade social, e de que ele é peça fundamental para que a empresa cumpra o seu papel social, entendemos que o mesmo deve atuar através da elaboração de relatórios e por meio de aconselhamentos, no convencimento da administração no sentido de que a mesma crie e pratique um planejamento sustentável.

Referências

- ANTUNES, C. do C. Sociedades Sustentáveis: a responsabilidade da Contabilidade. In Coletânea de Artigos sobre Contabilidade Ambiental. *Periódico*, p. 6 –, Agosto 2000.
- ASSIS, P. R. P. de; BRAZ, E. M. Q.; SANTOS, C. L. dos. Contabilidade Ambiental. *Revista Ciciliana*, 2011. Disponível em: <http://sites.unisanta.br/revistaceciliana/edicao_05/1-2011-13-16.pdf>.
- BARBIERI, J. C. Competitividade Internacional e Normalização Ambiental . *Revista de Administração Pública*, SP, v. 32, n. 1, 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewArticle/7686>>.
- BERTO NETO, J. *Sistema de Gestão Ambiental (SGA): o que é e qual é a sua importância?* 2014. Disponível em: <<http://www.teraambiental.com.br/blog-da-tera-ambiental/sistema-de-gestao-ambiental-sga-o-que-e-e-qual-e-a-sua-importancia>>.
- BHUSHAN; MACKENZIE; BIEKER. towards a sustainability balanced scored linking environmental and social sustainability to business strategy. In: DOKUMENTATION DER TAGUNGSBEITRÄGE DES ST..GALLEN FORUNS FOR NACHHALTIGKEITSMANAGEMENT am 13. 2006. Disponível em: <<http://www.iwoe.unisg.ch/org>>.
- BRAGA, C. *Contabilidade ambiental: ferramenta para gestão da sustentabilidade*. [S.l.]: Atlas, 2007. ISBN 8522447780, 9788522447787.
- CALLENBACH, E. *Gerenciamento Ecológico – Eco-Manangement – Guia do Instituto Elmwood de Auditoria Ecológica e Negócios Sustentáveis*. [S.l.]: Curtis, 1993.
- CARVALHO, M. M. A. de. O balanço Social: um novo olhar sobre o relatório contábil do futuro. *Congresso Brasileiro de Contabilidade*, Goiânia, 2000.
- CFC nº 803. *CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO CONTADOR*. 1996. Disponível em: <cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_803.doc>.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. *Resolução CFC 935/02*. 2002. Disponível em: <<http://www.fiscosoft.com.br/g/24jk/resolucao-conselho-federal-de-contabilidade-cfc-n-935-de-24052002>>.
- COSTA, C. A. G. da. *Contabilidade Ambiental: mensuração, evidenciação e transparência*. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- FERREIRA, A. C. de S. *Contabilidade Ambiental: uma informação para o desenvolvimento sustentável*. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- FERRUCCI, S. G. *Análisis del Balance de Masas como Herramienta de la Contabilidad de Gestión Ambiental – Una experiencia interdisciplinaria*. 2001. Tese (Contabilidad Social y Ambiental) — Facultad de Ciencias Económicas - Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires. Disponível em: <<http://www2.medioambiente.gov.ar/documentos/ordenamiento/foro/ContabilidaddeGesti~A\global\let\T1\textthreesuperior\unhbox\voidb@x{\def{MessageBreakfor\symbol'\textthreesuperior'}\edefT1{TS1}\xdefT1/phv/m/it/12{\T1/phv/m/n/12}\begingroup\escapechar\m@ne\let\MT@subst@\T1/phv/m/it/12\def{\@@par}}\T1\textthreesuperior\textthreesuperiornAmbiental-xxii-juc.pdf>>.

- FRANCO, H. *Introdução a Contabilidade*. [S.l.]: Atlas, 1991.
- GOMES JÚNIOR, F.; GOMES, A. R. As vantagens da Sustentabilidade Empresarial. *Revista*, v. 02, n. 06, Agosto 2010. ISSN 19846193. Disponível em: <http://www.ingepro.com.br/Publ_2010/Agost/286-787-1-PB.pdf>.
- HANDEL, C. Ética e o exercício profissional. *Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul*, Novembro 1994.
- HOOG, W. A. Z. *Tricotomia Contábil e Sociedades Empresárias*. [S.l.]: Juruá, 2006. ISBN 8536209755.
- HORNGREN, C. T.; FOSTER, G.; DATAR, S. M. *Cost accounting: a managerial emphasis*. 10. ed. [S.l.]: Prentice-Hall, 2000.
- IBRACON. Normas e procedimentos de auditoria NPA 11 - Balanço e Ecologia. 1996.
- INMETRO. 2016. Disponível em: <<http://certifiq.inmetro.gov.br/Grafico/CertificadosValidosBrasil>>.
- ISO14001, I. O. for S. *ISO 14001*. [S.l.], 2004. Disponível em: <http://www.labogef.iesa.ufg.br/labogef/arquivos/downloads/nbr-iso-14001-2004_70357.pdf>.
- IUDÍCIBUS, S.; MARION, J. C. *Introdução a Teoria da Contabilidade*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- KRAEMER, M. E. P. Contabilidade Ambiental: O passaporte para a competitividade. *Revista CRC Santa Catarina*, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 25 – 40, Dezembro 2001. Disponível em: <<http://revista.crcsc.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/CRCSC/article/view/971/907>>.
- KRAEMER, M. E. P. A contabilidade como alavanca na construção do desenvolvimento sustentável. Fevereiro 2005. Disponível em: <<http://www.gestiopolis.com/contabilidade-como-alavanca-construcao-desenvolvimento-sustentavel/>>.
- KRAEMER, M. E. P. Responsabilidade Social: Uma Alavanca para a sustentabilidade. *Revista Banas Qualidade, Gestão, Processos e Meio Ambiente*, v. 15, n. 162, Novembro 2005.
- KROETZ, C. E. *Balanço Social: teoria e prática*. [S.l.]: Atlas, 2003.
- KROETZ, C. E. S. Contabilidade Social. Rio Grande do Sul, 1999. Disponível em: <<http://peritocontador.com.br/wp-content/uploads/2015/03/Cesar-Kroetz-Contabilidade-Social.pdf>>.
- LAURINDO, J. da S. A contabilidade ambiental como instrumento de gestão interna nas organizações. Criciúma, 2014. Disponível em: <<http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2014/01/Jamile-da-Silva-Laurindo.pdf>>.
- LISBOA, L. P. *Ética geral e profissional em Contabilidade*. [S.l.]: Atlas, 1997.
- LUCA, E. M. D.; MENDES, M. M. Ecologia Via Contabilidade. *Revista Brasileira de Contabilidade*. Brasília: CFC, v. 23, n. 86, Março 1994.

MARION, J. C.; COSTA, R. S. da. A uniformidade na evidenciação das informações ambientais. *Revista Contabilidade & Finanças*, São Paulo, v. 18, n. 43, Abril 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/34212/36944>>.

MARION, J. C.; SANTOS, M. C. dos. O perfil do futuro profissional e sua responsabilidade social. 2003. Disponível em: <<http://www.crcpr.org.br/new/content/publicacao/revista/revista129/perfil.htm>>.

MOHAMED; H., L. Accounting knowledge and skills and the challenges of a global business environment. *Revista*, p. 3 –, 2003.

MONTALDO, O. A Realidade Econômica Internacional e a Profissão Contábil. *Revista Brasileira de Contabilidade*. *Revista Brasileira de Contabilidade*, v. 24, n. 92, Abril 1995.

NASI, A. C. A Contabilidade como Instrumento de Informação, Decisão e Controle da Gestão. *Revista Brasileira de Contabilidade*, v. 23, n. 77, Junho 1994.

REIS, L. G. dos. A Contabilidade e a responsabilidade social nas organizações. *Revista Conselho Regional de Contabilidade do Paraná*, n. 137. Disponível em: <http://www.crcpr.org.br/new/content/publicacao/revista/revista137/a_contabilidade.htm>.

RIBEIRO, M. de S. *Contabilidade e Meio Ambiente*. Julho 1992. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade.) — Universidade de São Paulo, SP, orientador: Prof Eliseu Martins.

RIBEIRO, M. de S. *Contabilidade Ambiental*. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2005. ISBN 8502049194, 9788502049192.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. *Brasiliense*, 1994.

SANTOS, A. dos. *Demonstração contábil do valor adicionado - DVA: um instrumento para medição da geração e distribuição de riqueza das empresas*. 1999. Tese (Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade) — Universidade de São Paulo, São Paulo.

SANTOS, A. J. B. dos. *Balanço Social: Ferramenta evidenciadora da responsabilidade social da empresa*. *Timbaúba-FACET*. 2004. Monografia (Ciências Contábeis) — Faculdade de Ciências de Timbaúba, Timbaúba.

TINOCO, J. E. P. *Balanço Social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações*. [S.l.]: Atlas, 2001.